

Pacto Social Atualizado

da

CERCIMB, C.R.L.

ESTATUTOS

PACTO SOCIAL ACTUALIZADO DA CERCIMB, CRL.

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Denominação, Ramo, Direito Aplicável, Sede, Duração e Objecto

Artigo 1º

A **CERCIMB – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro, Cooperativa de Responsabilidade Limitada (CRL)** é uma cooperativa que se insere no ramo da solidariedade social do Sector Cooperativo, e regula-se pelos presentes estatutos, regulamentos internos e demais legislação aplicável.

Artigo 2º

A cooperativa tem a sua sede social na Rua Grão Vasco, nº 25, freguesia do Lavradio, concelho do Barreiro, podendo ser transferida por deliberação da Assembleia Geral, nos termos da lei.

Artigo 3º

A sua duração é por tempo indeterminado.

Artigo 4º

1 – A cooperativa classifica-se, quanto aos cooperadores, como mista, e tem por *objecto* o exercício de actividades de educação, formação profissional e de acção social na prevenção e apoio à pessoa com deficiência, nas diversas situações de fragilidade e exclusão, promovendo a inclusão e a integração social, desenvolvendo para tal, diversas actividades de apoio a crianças e jovens, à família, terceira idade, e, em geral, a toda a população necessitada.

2. Este objecto é concretizado através da:

- a) Criação das estruturas necessárias para o efeito;
- b) Dinamização dos pais, encarregados de educação e todos os interessados para atingir o seu fim;
- c) Promoção da integração social, escolar e profissional das crianças, jovens e adultos com deficiência na comunidade através das vias julgadas convenientes.

CAPÍTULO II

Do Capital Social

Artigo 5º

1 - O capital social da cooperativa é variável, no montante mínimo de dois mil e quinhentos Euros, já realizados, representados por títulos nominativos de 5 Euros, podendo ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral.

2 - O capital será aumentado pela emissão de novos títulos, sempre que tal se tornar necessário, pela admissão de novos membros, ou por subscrição de capital por parte dos cooperadores;

3 - Cada cooperador obriga-se a subscrever pelo menos 3 títulos de capital que será realizado em dinheiro no acto da admissão.

4 - A transmissão de títulos de capital só pode ser feita mediante autorização da direcção da cooperativa e a favor de outros membros da cooperativa ou de terceiros que reúnam as condições de admissão definidas na lei e nos estatutos.

EF

CAPÍTULO III

Dos Cooperadores

Artigo 6º

- 1 - Haverá entre os membros da Cooperativa membros efectivos, membros beneméritos ou honorários.
- 2 - Podem ser admitidos como membros efectivos os pais e encarregados de educação dos utentes da cooperativa, e bem assim os elementos do seu corpo docente e todos os trabalhadores.
- 3 - A admissão de cada membro será feita, mediante proposta em impresso próprio dirigido à Direcção da cooperativa e assinada pelo candidato, cabendo à Direcção a competência para decidir do pedido de admissão, nos termos do Código Cooperativo, podendo existir recurso da decisão sobre a proposta de admissão nos termos legais.
- 4 - Os pais e encarregados de educação dos utentes da cooperativa, sendo utilizadores dos serviços prestados pela cooperativa em benefício próprio ou dos seus familiares, serão admitidos obrigatoriamente como membros efectivos.
- 5 - Podem ser admitidos como membros beneméritos ou honorários, todas as pessoas singulares ou colectivas que directa ou indirectamente promovam ou contribuam para o desenvolvimento da cooperativa ou prestem relevantes serviços à cooperativa que com a adesão aos estatutos e regulamentos internos, sejam admitidos pela assembleia geral, mediante proposta fundamentada à Direcção, da qual constará obrigatoriamente um relatório sobre as liberalidades em bens ou serviços que contribuam de forma notória para o desenvolvimento do objecto da cooperativa, nos termos do nº 2 do artigo 5º do Dec. Lei nº 7/98 de 15 de Janeiro.

Artigo 7º

- 1 - Cada membro efectivo pagará mensalmente uma quota no valor mínimo a fixar pela Assembleia Geral.
- 2 - Os membros beneméritos ou honorários contribuirão com os bens e serviços constantes das respectivas condições de admissão.

Artigo 8º

1 - São deveres dos membros efectivos, nomeadamente:

- a) Adquirir no acto da inscrição um exemplar dos estatutos, cumpri-los escrupulosamente bem como o regulamento geral interno.
- b) Não ofender nem prejudicar o bom nome da cooperativa.
- c) Pagar a quota devida nos termos do artigo anterior até ao último dia do mês a que respeita, apenas sendo permitido o débito de quotas vencidas até três meses.
- d) Desempenhar com o maior zelo, dedicação e competência, os cargos sociais para que forem eleitos, salvo motivo justificado da recusa.
- e) Os membros cujos filhos ou educandos beneficiem dos serviços da cooperativa, salvo casos devidamente apreciados pela direcção, serão obrigados ao pagamento da mensalidade estipulada em cada ano lectivo.

2 – São direitos dos membros efectivos, nomeadamente:

- a) Usufruir dos serviços da competência e disponibilidade da cooperativa para os elementos que façam parte do seu agregado familiar;
- b) Tomar parte nas Assembleias Gerais, apresentando propostas, discutindo e votando os pontos constantes da ordem de trabalhos;
- c) Eleger e ser eleitos para os órgãos da cooperativa, desde que satisfaçam o estabelecido na primeira parte da alínea c) do número anterior;
- d) Frequentar as instalações sociais da cooperativa;
- e) Requerer a convocação da Assembleia Geral nos termos do nº 3 do artigo 16º e, quando esta não for convocada, requerer a convocação judicial;
- f) Apresentar a sua demissão.
- g) Em caso de manifesta necessidade a qualquer membro é permitido fazer-se acompanhar de outra pessoa com o fim de o assistir, não tendo o acompanhante direito a voto nem intervenção na Assembleia.

EA

Artigo 9º

Os membros beneméritos ou honorários têm direito a participar nas Assembleias Gerais, sem direito a voto.

Artigo 10º

1 - Os membros que forem pessoas colectivas far-se-ão representar na Cooperativa através de um mandatário por elas indicado.

2 - O mandato dos representantes referido no número anterior terá em principio duração idêntica à fixada para o mandato dos órgãos sociais da cooperativa, sem prejuízo da revogabilidade dos poderes de representação pelo membro mandante.

Artigo 11º

1 - Os membros efectivos que solicitem a sua demissão deverão fazê-lo por carta dirigida à Direcção, com a antecedência mínima de 30 dias, só se efectivando a demissão findo este prazo.

2 - Os membros que se demitirem terão direito a ser restituídos, no prazo máximo de um ano a contar da sua desvinculação da cooperativa, do valor do capital realizado, bem como de outras quantias a que legalmente tenha direito.

Artigo 12º

1- Aos membros que desrespeitarem os presentes estatutos, os regulamentos internos em vigor, as decisões dos órgãos sociais, ou de qualquer forma lesarem ou atentarem contra o bom nome e prestígio da cooperativa, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Repreensão Registada;
- c) Suspensão temporária de direitos pelo período máximo de um ano;
- d) Exclusão.

2 - A aplicação das sanções supra mencionadas compete à Direcção, com excepção da sanção de exclusão, a qual compete à Assembleia Geral.

3 - A pena de exclusão será aplicada nos termos do Código Cooperativo.

Paragrafo Único – Quando o cooperador excluído seja pai ou encarregado de educação de utentes da cooperativa, tal decisão não pode afectar os interesses do educando desde que o pai ou encarregado de educação satisfaça o pagamento da mensalidade estabelecida pela Direcção.

CAPÍTULO IV

Dos Órgãos Sociais

Artigo 13º

Os órgãos sociais da cooperativa são a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal e os seus membros são eleitos pelo período de três anos.

Artigo 14º

Da Assembleia Geral

1 – A Assembleia Geral é o órgão superior de decisão da cooperativa, nela tomando parte todos os membros no pleno gozo dos seus direitos.

2 – A Mesa da Assembleia Geral será constituída por um presidente e um vice-presidente, e a sua competência além da referida nestes estatutos, é a que resulta da legislação aplicável.

Artigo 15º

1 – A Assembleia Geral reunirá em sessões Ordinárias e Extraordinárias.

2 – A Assembleia Geral Ordinária reunirá obrigatoriamente duas vezes em cada ano :

Uma, até 31 de Março, para apreciação, discussão e votação do relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal relativamente ao exercício do ano anterior; Outra até 31 de Dezembro para apreciação e votação do orçamento e do plano de actividades para o exercício seguinte.

3 – A Assembleia Geral extraordinária reunirá quando convocada pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de pelo menos cinco por cento dos membros efectivos.

Artigo 16º

1 - A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da Mesa, com, pelo menos quinze dias de antecedência.

2 - A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento previstos no nº 3 do artigo anterior, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de 30 dias, contados da data da recepção do pedido ou requerimento.

3 - As convocatórias da Assembleia Geral, indicarão a ordem de trabalhos, o nome da entidade que as requereu, o dia, hora e o local da Assembleia.

4 - É obrigatória a publicação num dos jornais locais de maior tiragem, independentemente de outras formas de publicidade consideradas oportunas, com antecedência mínima de quinze dias.

5 - A convocatória será sempre afixada nos locais em que a cooperativa tenha a sua sede ou outras formas de representação social.

6 - A Assembleia Geral reúne, em primeira convocatória, há hora marcada, com a presença de mais de metade dos membros com direito a voto ou os seus representantes devidamente credenciados, não sendo possível reúne uma hora depois com qualquer número de presenças.

7 - Caso a Assembleia Geral seja convocada a requerimento de membros da cooperativa, nos termos do nº 3 do artigo 15º destes Estatutos, só se realizará, se, há hora marcada, estiverem presentes pelo menos três quartos dos requerentes.

Artigo 17º

1 - À Assembleia Geral compete pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe forem presentes, designadamente os constantes no artigo 49º do Código Cooperativo.

2 - As deliberações serão, em regra, tomadas por maioria simples.

3 - Carecem da aprovação com maioria qualificada de pelo menos dois terços dos votos expressos as deliberações sobre as seguintes matérias:

- a) Alteração de estatutos e aprovação de regulamentos internos;
- b) Fusão, Cisão ou Dissolução da Cooperativa;
- c) Filiação da Cooperativa em Uniões, Federações e Confederações;
- d) Decidir do exercício do direito de acção civil ou penal contra Directores, mandatários e membros do conselho fiscal da cooperativa, nos termos do Código Cooperativo.

4 - As alterações de estatutos serão apreciadas em Assembleia Geral expressa e exclusivamente para o efeito.

5 - Não será aprovada a dissolução da Cooperativa se a ela se opuser um número de membros igual ou superior ao legalmente exigido para a constituição da cooperativa, nos termos do Código Cooperativo, comprometendo-se aqueles a assegurar a continuação das respectivas actividades;

Artigo 18º

Da Direcção

1 - A Direcção é o órgão de administração e representação da cooperativa, incumbindo-lhe, designadamente as competências mencionadas no Código Cooperativo.

2 - A Direcção será formada por sete membros, havendo obrigatoriamente um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, e quatro vogais os quais desempenharão as funções que lhes forem atribuídas.

3 - A cooperativa fica obrigada com as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Direcção, ou com a assinatura conjunta do Presidente e do Tesoureiro, salvo quanto aos actos de mero expediente, em que basta a assinatura de qualquer um dos membros.

Artigo 19º

Do Conselho Fiscal

- 1 – O Conselho Fiscal é composto por um presidente e dois vogais, competindo-lhe, nos termos legais, o controlo e fiscalização da cooperativa.
- 2 – Para o desempenho das suas funções pode o conselho fiscal ser assessorado por um revisor oficial de contas.

CAPÍTULO V

Das Eleições

Artigo 20º

- 1- Os órgãos sociais serão eleitos em Assembleia Geral, expressamente convocada para o efeito, nos termos do nº 1 do artigo 16º, de três em três anos, a realizar, em circunstâncias normais, entre um e quinze de Dezembro.
- 2 – A apresentação de listas para os órgãos sociais só serão aceites pela Mesa da Assembleia Geral se a esta forem apresentadas até ao dia 15 de Novembro do ano da respectiva eleição.

CAPÍTULO VI

Da Direcção Técnica

Artigo 21º

Em cada valência dependente da Cooperativa, existirá uma Direcção Técnica, singular ou colectiva, que será designada pela Direcção da Cooperativa, sob proposta da equipa Técnica de cada valência.

Artigo 22º

Não poderá a Direcção Técnica de uma valência da Cooperativa exercer as mesmas funções noutras Instituições.

Artigo 23º

Compete à Direcção Técnica de cada valência propor ao órgão competente a aprovação das regras de orientação técnica da respectiva valência que lhe está adstrita.

CAPÍTULO VII

Das Reservas e Excedentes

Artigo 24º

- 1- É obrigatória a constituição de uma reserva legal, destinada a cobrir eventuais perdas de exercício;
- 2- Revertem para esta reserva as jóias e os excedentes anuais líquidos, do modo fixado pela assembleia geral, numa percentagem que não poderá ser inferior a 5%.
- 3- As reversões acima mencionadas deixam de ser obrigatórias desde que a reserva atinja o montante igual ao máximo do capital social atingido pela cooperativa.

Artigo 25º

- 1- É obrigatória a constituição de uma reserva para a educação cooperativa e a formação cultural e técnica dos cooperadores, dos trabalhadores da cooperativa e da comunidade, nos termos constantes do artigo 70º do Código Cooperativo.

Artigo 26º

Os excedentes que existirem reverterão obrigatoriamente para reservas, nos termos do artigo 7º do Dec. Lei nº 7/98 de 15 de Janeiro.

Artigo 27º

- 1 – A cooperativa dissolve-se nos casos previstos no Código Cooperativo.
- 2 – Após liquidação e partilha, o saldo terá o destino previsto no Código Cooperativo.

CAPÍTULO VIII

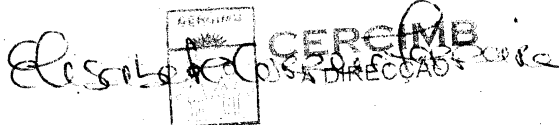
Disposições Finais

Artigo 28º

Os casos omissos serão resolvidos com recurso:

- a) Legislação cooperativa e subsidiária aplicável.
- b) Por deliberação da Assembleia Geral.

Lavrado, 18 de Novembro de 2009

The block contains a handwritten signature in dark ink, which appears to be 'E. Silva'. To the right of the signature is a rectangular official stamp. The stamp has a header with the text 'DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE' and a central area with the text 'CERCIMB' and 'DIRECÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE' below it. There are also some smaller, less legible markings within the stamp.